

**CURRÍCULOS,
INTERSECCIONALIDADES E
PRÁTICAS ANTIRRACISTAS EM
EDUCAÇÃO¹**

**CURRICULUMS,
INTERSECTIONALITIES AND ANTI-
RACIST PRACTICES IN EDUCATION**

**CURRÍCULOS,
INTERSECCIONALIDADES Y
PRÁCTICAS ANTIRRACISTAS EN LA
EDUCACIÓN**

Resumo: O presente dossiê, *Currículos, interseccionalidades e práticas antirracistas em educação*, objetivou reunir um conjunto de textos que evidenciassem processos curriculares/educativos envolvendo questões étnico-raciais na escola, na universidade e na relação escola-universidade, mas também fora delas. Em 2022, a Lei Federal nº 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas da educação básica, completa 19 anos. São quase duas décadas de um debate ainda necessário e pungente, com muitos desafios a enfrentar! Mesmo que, do ponto de vista legal, a educação antirracista seja reconhecida como direito, ainda é preciso lutar muito para que seus princípios e apostas sejam vivenciadas e polinizadas nas políticas curriculares. Pensar o currículo a partir da ideia afroperspectivista significa desconfigurar uma formação que durante muito tempo foi considerada a ideal, ou seja, um modelo eurocêntrico de pensar-fazer-saber. Contudo, reafirma-se que é *nos/com* os cotidianos que inventam-se formas de resistência e transgressão às estruturas racistas e preconceituosas. Os trabalhos apresentados aqui abrem caminhos, atravessam encruzilhadas e giram o mundo...

Palavras-chave: Currículos.
Interseccionalidades. Educação antirracista.



Revista Espaço do Currículo

ISSN 1983-1579

Doi: 10.15687/rec.v15i1.63252

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php>

Allan Rodrigues

Mestre em Educação

Professor da Universidade Estácio de Sá,
Brasil.

E-mail: allancr@id.uff.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0233-7697>

Luís Paulo Cruz Borges

Doutor em Educação

Professor do Instituto de Aplicação
Fernando Rodrigues da Silveira da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Brasil.

E-mail: borgesluispaulo@yahoo.com.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2153-5229>

Tiago Ribeiro

Doutor em Educação

Professor do Instituto Nacional de Educação
de Surdos (INES), Brasil e do Programa de
Doutorado em Investigação Narrativa e
(Auto)biográfica, da Universidade Nacional
de Rosário (UNR), Argentina.

E-mail: tribeiro@ines.gov.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7264-3388>

Como citar este artigo:

RODRIGUES, A.; BORGES, L. P. C.; RIBEIRO, T. CURRÍCULOS, INTERSECCIONALIDADES E PRÁTICAS ANTIRRACISTAS EM EDUCAÇÃO. *Revista Espaço do Currículo*, v. 15, n. 1, p. 1-10, 2022. ISSN 1983-1579. DOI: <https://doi.org/10.15687/rec.v15i1.63252>.

¹ Programa Produtividade-UNESA

Abstract: The present dossier, Curricula, intersectionalities and anti-racist practices in education, aimed to bring together a set of texts that highlighted curricular/educational processes involving ethnic-racial issues at school, at the university and in the school-university relationship, but also outside of them. In 2022, Federal Law nº 10.639/03, which made the teaching of African and Afro-Brazilian History and Culture in basic education schools mandatory, turns 19. It's almost two decades of a debate that is still necessary and poignant, with many challenges to face! Even if, from a legal point of view, anti-racist education is recognized as a right, it is still necessary to fight hard so that its principles and stakes are experienced and pollinated in curricular policies. Thinking about the curriculum from the Afro-perspectivist idea means deconfiguring a training that for a long time was considered the ideal, that is, a Eurocentric model of thinking-doing-knowing. However, it is reaffirmed that it is in/with everyday life that forms of resistance and transgression against racist and prejudiced structures are invented. The works presented here open paths, cross crossroads and turn the world.

Keywords: Curriculums. intersectionalities. Anti-racist education.

Resumen: El presente dossier, Currículos, interseccionalidades y prácticas antirracistas en la educación, tuvo como objetivo reunir un conjunto de textos que destacaran procesos curriculares/educativos que involucran cuestiones étnico-raciales en la escuela, en la universidad y en la relación escuela-universidad, pero también fuera de ellos. En 2022, la Ley Federal nº 10.639/03, que hizo obligatoria la enseñanza de la Historia y Cultura Africana y Afrobrasileña en las escuelas de educación básica, cumple 19 años. ¡Son casi dos décadas de un debate aún necesario y conmovedor, con muchos desafíos por enfrentar! Aunque, desde el punto de vista jurídico, la educación antirracista sea reconocida como un derecho, aún es necesario luchar fuertemente para que sus principios y apuestas sean experimentados y polinizados en las políticas curriculares. Pensar el currículo desde la idea afroperspectivista significa desconfigurar una formación que durante mucho tiempo se consideró ideal, es decir, un modelo eurocéntrico de pensar-hacer-saber. Sin embargo, se reafirma que es en/con la vida cotidiana que se inventan formas de resistencia y transgresión contra las estructuras racistas y prejuiciosas. Las obras aquí presentadas abren caminos, cruzan encrucijadas y dan la vuelta al mundo...

Palabras clave: Currículos. interseccionalidades. Educación antirracista.

As pegadas das pessoas que andam juntam nunca se apagam.

(Provérbio Africano)

Vivemos um momento político, econômico e social complexo e tenso de desmonte de políticas públicas comprometidas com a democracia, os direitos humanos e a promoção de uma sociedade menos injusta e excludente. Temas importantíssimos como racismo, sexismo, machismo, lgbtqiafobia, gênero, sexualidade, entre outros, vêm sendo silenciados e abafados. Essa política de silenciamento se dá de várias formas: pelas guerrilhas conservadoras digitais, que mobilizam discursos de ódio, violências de toda sorte e bombardeios com informações falsas através das redes sociais; pelo clima de medo criado por práticas de ataques, ameaças e desrespeito às Instituições, inclusive por figuras importantes na cúpula, ou cena política do país; pela institucionalização da política de morte, como na cena da morte de Genivaldo, homem negro com deficiência mental, asfixiado por agentes da Polícia Rodoviária Federal de Sergipe (como veiculado pelo jornal O Globo, de 31 de maio de 2022²).

No que tange às políticas públicas na área da Educação, crescentes são os cortes orçamentários e a descontinuidade de projetos importantes. A prioridade do governo federal, na agenda educacional do país, é o ensino domiciliar, conforme reportagem da própria Câmara de Deputados³. Uma proposta que em nada acolhe as mazelas que assolam nossa educação pública, nem a quem dela mais precisa. Desviar

² Ver reportagem em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/05/camara-de-gas-da-prf-genivaldo-foi-absolvido-em-acao-por-ser-incapaz-de-entender-atos-ilicitos.ghtml>

³ Ver mais em: <https://www.camara.leg.br/noticias/742630-prioridade-do-governo-ensino-domiciliar-recebe-criticas-de-entidades-da-area-de-educacao/>

a atenção das problemáticas que realmente importam tem sido a tática de governo e gestão do país atualmente.

Por que não querem falar da falta de concursos para professores que podem atender às crianças pobres e pretas desse país, tampouco às surdas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e faveladas? Onde estão os concursos que os estudantes sem aula, por falta de professores, esperam? Esperaremos até quando?

Por que não querem falar na falta de investimento na construção de novas escolas, tampouco na necessidade urgente de reforma, melhoria e renovação de muitos prédios escolares já existentes? Há muitas escolas sem rampa, ou elevador para cadeirantes, sem banheiro funcionando, sem internet, sem cobertura na quadra, sem quadra, sem energia elétrica, sem professor, sem material, sem intérprete de língua de sinais, sem merenda... Há muitas escolas com turmas superlotadas... Onde estão os 10% do PIB para a Educação?

Desviam a atenção do que importa, sim, porque não querem uma política de valorização e priorização da Educação, com investimento público em formação docente, em melhoria de salários dos servidores e servidoras, já tão comprometidos por uma inflação galopante no país, na promoção de uma educação democrática, pública e popular, para todos, todas e qualquer um/a.

Nos dias atuais, ser educador/a é ser resistência, re-existência. Resistir contra as políticas de mercantilização da Educação, da descontinuidade de políticas educacionais de enfrentamento ao racismo, ao machismo e a tantos outros sistemas e/ou formas de opressão. No entanto (ou ainda bem!), o cotidiano não é solo infértil que só recebe, como enchente, as barbaridades que jorram dos governos, ou órgãos de comando, de cima para baixo. Em relação às políticas macros, os cotidianos revelam micropolíticas tecidas através de múltiplas e minúsculas formas de habitar o território e ressignificar as definições e ordenamentos macros.

Os saberes, epistemologias e cosmologias ancestrais dos nossos povos amefricanos e ladinos, no dizer de Lélia Gonzalez (2020), nos chamam atenção para essa dimensão inventiva e irreverente existente no ato de resistir, re-existir, coletivamente, às forças que querem nos aniquilar, aniquilar nossa marca de existência, a expressão de nosso corpo, nossa ancestralidade, nossa voz. Resistir como ato de afirmar. Micropolíticas e políticas afirmativas, portanto, são necessárias e urgentes. Se, do ponto de vista das políticas públicas nacionais, as ações vêm buscando negar, já nos cotidianos, as práticas e relações são complexas, insumariáveis, múltiplas: há reprodução e reafirmação da negação de corpos, vozes e existências, sim, porém, porque lugares vivos, onde os corpos e corporeidades se expressam, os cotidianos também revelam processos de resistência, de afirmação, de construção de mundos (im)possíveis.

O cenário narrado, anteriormente, vem reivindicando de professores/as e pesquisadores/as novas conversas, narrativas e formas de andar juntos/as. “Ninguém solta a mão de ninguém” – gritavam as ruas, antes de uma pandemia que nos isolou e assombrou, mas que não deixou dúvidas: o neoconservadorismo neoliberal é tão fascista quanto foi o conservadorismo liberal. E machista! E racista! E sexista! E lgbtqiafóbico! Durante a pandemia, no Brasil, foi a população preta que mais foi atingida pela Covid-19 e suas consequências! Foram as mulheres as mais prejudicadas com a falta de empregos, em especial as mulheres negras!

Precisamos denunciar os processos de exclusão e de extermínio que vivemos, mas ao mesmo tempo, buscar outras rotas, caminhos, possibilidades... Para resistir a tudo isso que estamos vivendo, à necropolítica que quer obliterar nossas potências e silenciar nossos corpos. Neste dossiê, convidamos os leitores e as leitoras a uma conversa em torno dos currículos, interseccionalidades e práticas antirracistas na escola e na universidade. O dossiê reúne distintas vozes, experiências múltiplas e acontecimentos vários; pesquisas e práticas pedagógicas desenvolvidas em diferentes estados e regiões do Brasil, do Norte ao Sul, do Centro-Oeste ao Nordeste. Diferentes contextos, diversos sujeitos, uma aposta: uma educação antirracista, afirmativa das diferenças e das multiplicidades que se expressam através de singularidades.

Em 2022, a Lei Federal nº 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas da educação básica, completa 19 anos. São quase duas décadas de um debate ainda necessário e pungente, com muitos desafios a enfrentar! Mesmo que, do ponto de vista legal, a educação antirracista seja reconhecida como direito, ainda precisamos lutar muito para que seus princípios e apostas sejam vivenciadas e polinizadas nas políticas curriculares. Curiosamente, na literatura do campo do currículo, temos poucos autores e autoras que discutam, a partir de uma “epistemologia negra”, tais questões. Curiosamente? Talvez não!

Reconhecendo o racismo como estrutural em nossa sociedade (ALMEIDA, 2021), como sistema de opressão dinâmico e complexo que oblitera a potência da pessoa negra, podemos perceber que os contextos e campos de produção acadêmica e científica também têm cor! Assim, desejamos, com este dossiê, poder colocar em conversação diferentes vozes, práticas e experiências para que alimentem e fortaleçam nossas esperanças e ações educativas antirracistas.

Pensar o currículo a partir de perspectivas negras e denegridas (NOGUEIRA, 2012) significa desconfigurar um sistema operante há muito tempo, tecido com chicote, arma e bíblia. Nesse viés, o conjunto de textos reunidos neste dossiê dá a ver processos curriculares/educativos envolvendo questões étnico-raciais *na* e *com* a escola, *na* e *com* a universidade e *na* e *através* da relação escola-universidade.

Os textos são grandes giras narrativas em que os sujeitos se colocam a dançar memórias e balançar sentidos. A cada ginga, oferecem sentidos e percepções, possibilidades de sentir o mundo a partir de onde habitam, praticam e vivem suas pesquisas, estudos, corpos e processos formativos. Tomamos cada texto como uma narrativa de aquilombamento para evocar e produzir investigações. As narrativas, para nós, são acionamentos, performances, gestos afirmativos de vidas possíveis, partilhas de histórias, biografias, lutas e utopias.

No presente dossiê, compartilhamos essas vidas, histórias, biografias, lutas e utopias que são narradas desde diferentes contextos: educação científica, educação de surdos, formação docente, educação infantil, entre outros. Vozes que evocam a diáspora africana, muitas vezes, como sementeira que brota as resistências no presente, alimentadas pelas ancestralidades negras do passado e do futuro.

Os trabalhos aqui reunidos são suleados pela compreensão de que, como nos ensinou Ângela Davis, não basta não ser racista; precisamos ser antirracistas. No contexto da escola, como no contexto da sociedade, há produção e reprodução do racismo e de suas práticas colonialistas, contudo, há também espaço para sua indagação e superação. A escola como espaço-tempo antirracista. Por que não?

Nos e com os cotidianos, os sujeitos inventam formas de resistência e transgressão às estruturas racistas e preconceituosas. São múltiplos, distintos e plurais movimentos de afirmação de vidas livres e bonitas, buscando polinizar ética, estética e politicamente existências historicamente aviltadas, negadas, silenciadas, violentadas em suas potências. Os trabalhos apresentados abrem caminhos, atravessam encruzilhadas (RUFINO, 2019) e giram o mundo...

Abrem o dossiê Liandra Lima Carvalho e Márcia Ribeiro Ramos, com **“TODOS TÊM A MESMA COR?”**, em que nos convidam a discutir o processo de branquitude na pós-graduação, a partir do “levantamento acerca da produção científica das pós-graduações *scripto sensu* em psicologia (Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado), sobre branquitude, defendidas de 2003 a 2018 no Brasil, visando perceber, dessa forma, como a psicologia vem se posicionando no enfrentamento ao racismo brasileiro. (...) As descobertas da pesquisa fizeram com que fosse observada a necessidade da categoria profissional, especialmente, por meio dos cursos de pós-graduação, com a realização de pesquisas, aprofundar suas análises sobre o racismo no Brasil, os impactos dele na vida da população negra e como a psicologia pode atuar visando o combate ao racismo, bem como o fortalecimento de denúncias, o apoio aos movimentos sociais voltados a essa causa e especialmente, na garantia dos direitos humanos.”

As questões de ancestralidade e cultura são incorporadas ao nosso dossiê com a autora Luciane dos Silva no texto **“CURRÍCULO, CULTURA E ANCESTRALIDADE”**, na direção de estabelecer um diálogo

com o campo do currículo. Em seu texto, a autora nos convida a pensar que “a Lei 10.639/2003 trouxe para o campo do currículo novos olhares sobre a cultura e ancestralidades negras, ao problematizar a monoculturalidade nos currículos e ao reivindicar produções curriculares multiculturais. Todavia, ao destacar uma identidade negra ancestral, as legislações, como o Currículo Mínimo do Estado do Rio de Janeiro, representam-na em uma temporalidade como objeto epistemológico e metafórico de uma determinada linguagem. Movimento que delimita e restringe vivências e concepções de negritude na atualidade, esboçando uma ancestralidade negra estática, oclusiva e única. Assim, este artigo analisa, através da noção de currículo como enunciação cultural, Bhabha (2014) e Macedo (2006a), como o Projeto Africanidades, no Ciep Carolina Maria de Jesus reencena, motivado pela legislação supracitada, na sua produção curricular a ancestralidade negra, introduzindo outras temporalidades culturais.”

O texto “**VELHA ROUPA COLORIDA**”, dos autores César Augusto Pereira Coelho e Marcus Leonardo Bomfim Martins, tem como objetivo problematizar a articulação entre racismo, eurocentrismo e temporalidades na estruturação de narrativas históricas sobre o passado brasileiro que circulam do debate público atual. O artigo tem sua argumentação formulada a partir de uma abordagem discursiva inscrita na pauta pós-fundacional em diálogo com as teorizações críticas e pós-críticas de currículo.

Marcos Vinicius Marques da Silva e Edinólia Lima Portela, em “**O CURRÍCULO COMO NARRATIVA ÉTNICO-RACIAL**”, objetivam discutir formação de professores e o currículo que a estrutura a partir de uma perspectiva afrocentrada. O currículo é (...) “concebido como espaço de poder e território de disputas que, ao longo da história, tem se desenvolvido em uma perspectiva eurocêntrica, invisibilizando saberes africanos e afro-brasileiros por meio de práticas epistemicidas.”

Ainda no sentido de sublinhar o currículo como espaço de poder e disputas em que se podem tecer outros modos de subjetivação (afirmativos, polinizados, vivos), Aline Gomes da Silva e Tiago Ribeiro, em “**INTERSECCIONALIDADES E SURDEZ**”, compartilham “experiências vivenciadas por dois professores atuantes no contexto da educação bilíngue de surdos, com um público formado por jovens e adultos, muitos dos quais trabalhadores. Relatamos acontecimentos e conversações com estudantes em situações de sala de aula e de encontros do projeto “Surdez e diferenças: interseccionalidades em foco”, no qual colocamos em discussão, em rodas de conversa, nossas diferenças, nossas marcas de existência, em especial, as diferentes categorias que atravessam as corporalidades e histórias surdas: raça, gênero, condição social etc. No diálogo com essas experiências e acontecimentos, assim como com as narrativas de estudantes e as nossas próprias, problematizamos como diferentes sistemas de opressão se fazem presentes em nossas práticas pedagógicas e em nossas relações educativas, influenciando o processo de aprendizagem/ensino”.

Já o texto das autoras Joana Paula dos Santos Gomes de Oliveira e Maria Teresa Esteban, “**SOU PRETA, MINHA BOCA É MARROM... SOU IGUAL À PRETINHA DA HISTÓRIA!**”, “traz reflexões sobre a produção, no cotidiano da educação infantil, de práticas pedagógicas articuladas à pedagogia antirracista. Sua referência está em uma pesquisa qualitativa, com o cotidiano escolar, envolvendo a experiência de uma de suas autoras, em seu processo de formação como professora pesquisadora, exercendo a docência numa instituição de educação infantil, vinculada a uma rede pública municipal. O artigo se desenha a partir da memória da professora e alguns de seus registros do vivido, especialmente com uma criança negra deste grupo, ao propor-se a articular literatura infantil e encontro com a negritude.”

A luta antirracista é também uma luta contra todas as formas de violência, nos ensinam autoras negras feministas como bell hooks (2017). A luta contra o patriarcado, a misoginia e o feminicídio, por exemplo, precisam ser todo o tempo e o tempo todo; são atravessamentos que obliteram a liberdade e a potência das mulheres negras. Essa luta precisa estar presente na escola, pois ela (a escola) é também espaço com diferentes artefatos que legitimam processos de visão de mulher em nossa sociedade. Por isso, em “**A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NOS LIVROS DIDÁTICOS DO PNLD CAMPO E SUAS POSSIBILIDADES**”, os autores Maria Luíza Lucas dos Santos, Maritza Maciel Castrillon Maldonado e Odimar João Peripolli destacam o papel do livro “na constituição de sujeitos de determinados tipos. Com base nessa constatação, percebemos a necessidade de problematizar como estes materiais representam homens e mulheres em seus enunciados e ilustrações. Para isso, escolhemos como objeto de pesquisa a

coleção de livros didáticos “Novo Girassol: saberes e fazeres do campo”, do Programa Nacional do Livro Didático e do Material Didático (PNLD) Campo, utilizando como método de análise ferramentas arqueogenéticas. Como resultado, percebemos que as mulheres ainda possuem menos espaços de representação do que os homens nos livros didáticos, e que muitas vezes os papéis reforçam estereótipos de gênero, de raça e de classe.”

Flávia Paola Félix Meira e Julvan Moreira de Oliveira, em **“PANTERA NEGRA”**, discutem a ressignificação do currículo, propondo-se a “realizar uma reflexão sobre o projeto Pantera Negra: Representatividade Negra e Práticas Educativas, implementado nas escolas municipais pela prefeitura de Belo Horizonte no ano de 2018. O projeto tem como objetivo fomentar a inserção da Lei 10.639/2003 e o debate sobre a representatividade negra, sobremaneira a representatividade negra feminina. (...). Em nossa análise, além de trazermos reflexões sobre o filme, discutimos as respostas de um questionário que usamos com as professoras da rede pública que participaram ativamente da ação. A partir de nossos resultados, concordamos que o projeto Pantera Negra é de grande envergadura para implementação da educação das relações étnico-raciais, mesmo diante de outros aspectos igualmente relevantes, uma vez que o filme apresenta cenas que ainda contribuem para um imaginário binário (oriental x ocidental), permitindo que outras indagações sejam tecidas e fiadas na busca da emancipação da população negra e da descolonização dos currículos.”

Seguindo no movimento de convidar a pensar, por meio do mergulho com corpo e sentido inteiros nos cotidianos escolares e suas tessituras curriculares, Graça Regina Franco da Silva Reis, Isadora Azevedo e Marcia de Oliveira Maciel Franco Reis, no texto **“DECOLONIALIDADE E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA”**, trazem “discussões sobre as marcas do colonialismo, do racismo e a possibilidade de pensarmos na escola em alternativas que trabalhem com uma educação antirracista desenvolvendo uma crítica à produção de conhecimento na modernidade, discutindo como conhecer, por meio da observação e explicação, produziu um modelo de ciência que tornou-se hegemônico e dogmático, invisibilizando múltiplos conhecimentos e traduzindo-os como inexistentes. Propõe pensar um currículo que produza a crítica aos modos como o conhecimento é tratado na escola trazendo outras vozes e saberes por meio das narrativas, visto que elas permitem desinvisibilizar as experiências de opressão que estão, de modo dinâmico, sempre se relacionando e se sobrepondo entre si, sinalizando a inseparabilidade estrutural das questões de raça, gênero e classe”.

Ainda discutindo em uma perspectiva decolonial, a autora Ruth Pavan, em **“CURRÍCULO E (DE)COLONIALIDADE”**, sublinha como “o currículo historicamente está marcado pela colonialidade, isto é, os modos de entender as diferenças construídos no período colonial mantêm-se e atualizam-se nos currículos, mas há também indícios de decolonização. Este artigo, fruto de pesquisa com apoio do CNPq, situa-se nesse contexto e objetiva discutir indícios decoloniais nos currículos a partir das percepções de estudantes de diferentes cursos de licenciaturas.”

Também decolonial é a experiência apresentada em **“MAFROEDUK OLUKÓ E A FORMAÇÃO DOCENTE AFROCENTRADA”**, assinado por Raimunda Nonata da Silva Machado e Soraia Lima Ribeiro de Sousa. Trata-se de um estudo [que] analisa o MAfroEduc Olùkó, grupo de pesquisa institucionalizado e vinculado à Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como espaço de formação docente afrocentrada, ampliando o repertório de visões da docência que são discutidas em sala de aula. Aborda práticas de (re)aprendizagem docente, a exemplo da realização de oficinas Ubuntu (NOGUEIRA, 2011) permeadas pela dialogicidade e amorosidade freiriana. Analisa a atuação do MAfroEduc Olùkó e suas contribuições na formação docente afrocentrada por meio de pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico e uso de depoimentos de integrantes do grupo coletados por meio de formulário eletrônico, enfatizando a importância do MAfroEduc Olùkó na construção da AfroDocência.”

Por sua vez, Lorraine Gonçalves, Victor Pereira de Sousa e Thiago Ranniery nos convocam a pensar (com) os corpos, os currículos, as escolas de Educação Infantil... “a interseccionalidade e seus efeitos na pesquisa em currículo com ênfase nas políticas dos corpos nas escolas de Educação Infantil. Embora o debate sobre a interseccionalidade seja oficialmente descrito como nascido no final da década de 1980, sua emergência pode ser rastreada até a institucionalização dos estudos da mulher na década de 1970 e o movimento feminista da década de 1960. Feminismos negros, incluindo no Brasil, há muito defendem a

força da categoria como espinha dorsal do pensamento feminista. Porém, nos últimos anos, a interseccionalidade tem enfrentado críticas, desde a filosofia feminista negra até a pesquisa política aplicada. Este artigo utilizará duas histórias heterogêneas de corpos infantis racializados e as suas performances de dança e canto de funk nas escolas para produzir uma reimaginação da relação entre currículo e diferença. Esta investigação aciona o pensamento fractal de Denise Ferreira da Silva para suplementar a interseccionalidade com considerações onto-epistemológicas sobre padrões de interferência, ou seja, em que corpo e mundo estão sempre enredados.”, no artigo **“CORPOS QUE QUEBRAM”**.

Maria Carolina Caldeira e Ieda Marisa Trindade Moreira de Abreu, em **“NARRATIVAS DE MÉDICAS NEGRAS SOBRE SEU PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO”**, buscam “contribuir com as reflexões acerca da importância de se discutir as relações étnico-raciais, ao apresentar narrativas de experiências escolares de médicas negras que vivenciaram situações de racismo estrutural, durante toda a trajetória escolar, incluindo o curso superior em medicina na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). (...) A pesquisa que dá base a este artigo opera com conceitos foucaultianos, em especial os modos de subjetivação. Como metodologia foram utilizadas as entrevistas narrativas, entendidas como uma técnica para produção de informações de pesquisa por meio de uma conversa, a partir de alguns eixos estruturantes. O argumento deste artigo é o de que o corpo negro é o alvo sobre o qual incidem as relações de poder que se referem ao racismo.”

Edilene Machado dos Santos e Soler Gonzalezte reafirmam a potência de pensar desde a negritude, do criar e tecer currículos desde uma posição antirracista, brindando-nos com o mergulho nas “escrevivências de uma professora pesquisadora, engajada e insubmissa, para evidenciar práticas antirracistas nos processos curriculares envolvendo as questões étnico-raciais com as redes educativas cotidianas de mulheres que vivem e lutam em defesa da preservação do rio Formate, do município de Viana, do estado do Espírito Santo. Mulheres que são professoras, pesquisadoras e mães solo e que, em sua grande maioria, são negras.” A essa conversa nos convida o texto **“PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NOS PROCESSOS CURRICULARES COM AS REDES EDUCATIVAS COTIDIANAS DAS MULHERES NA BACIA DO RIO FORMATE”**.

Para finalizar o dossiê, sons, gestos e performances do corpo negro no cotidiano escolar pela política e poética musical: Os autores de **“ENTRE O SEMBA E O FUNK”**, Diego dos Santos Alves e Jonatas Xavier de Souza, fazem “uso do samba-enredo História de ninar gente grande, da Escola de Samba carioca Estação Primeira de Mangueira (2019), e do funk Céu de pipa, composto por MC Marks (2020), como fontes históricas possíveis para pensar o protagonismo negro na história e seu silenciamento no currículo formal escolar. Objetiva perquirir a importância de práticas culturais na constituição dos saberes históricos e em ações educativas que promovam a eficácia social da lei 10.639/2003, cuja exegese se alinha a eliminação de todas as formas de discriminação racial e compromete-se a uma dupla obrigação: eliminar as formas constantes de discriminação e promover a igualdade.”

O texto de Jonê Carla Baião e Luan Ribeiro da Silva, **“ANÁLISE DE DADOS E POLÍTICAS PÚBLICAS ANTIRRACISTAS NA EDUCAÇÃO CARIOCA”**, objetiva “evidenciar a importância dessas políticas públicas Antirracistas para educação básica em escolas do município do Rio de Janeiro. Neste artigo, detalhamos o perfil étnico-racial da rede municipal, assim como analisamos a compreensão dos profissionais sobre a educação para as relações étnico-raciais. Faz-se urgente pensar uma política educacional antirracista como principal agente de construção de uma educação com narrativas outras, que foram historicamente negligenciadas e que devem estar presentes com outros protagonismos nos materiais didáticos, nos currículos e nos planejamentos, pois dialoga diretamente com a cor/raça de discentes desta rede educacional”.

Manuel Macedo de Souza e Aline Dorneles abordam **“A CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO ENSINO BÁSICO E SUPERIOR”**. Objetivam “compreender a cultura negra a partir dos estudantes negros dos cursos de graduação da Escola de Química e Alimentos da Universidade Federal do Rio Grande, realizando análises quanti (ingresso e performance) e qualitativas (Análise Textual Discursiva de respostas a um questionário semiestruturado)”. Então, chegam a conclusão que “o número de estudantes negros que ingressam nos cursos de graduação da EQA/FURG é bem inferior ao dos não negros. Porém, mesmo

compreendendo que a cultura afro-brasileira ainda não é intensamente trabalhada nos contextos educacionais, tanto de nível básico quanto universitário, os estudantes negros possuem uma performance similar ao dos não negros”.

“**REFLEXÕES SOBRE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**” de Carla Maria Leidemer Bruxel, Vidica Bianchi e Eva Teresinha Boff tratam das “relações étnico-raciais para o desenvolvimento de um currículo escolar voltado à educação antirracista, por meio da análise de artigos, apresentados em um dossiê temático de um periódico nacional, que tratam de práticas e reflexões envolvendo as relações étnico-raciais. Usou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa. Os dados demonstram que as reflexões e práticas pedagógicas desenvolvidas em relação às questões étnico-raciais contribuem na valorização da história, da cultura e da identidade racial. Assim, a educação antirracista, que incorpora as relações étnico-raciais, deve estar contemplada no currículo escolar e ser desenvolvida nas práticas pedagógicas para combater a discriminação racial e promover a valorização da identidade negra e indígena”.

Nessa direção, os textos da sessão de “demanda continuam” compõem o processo de reflexões com os currículos desenvolvidos nos cotidianos das pesquisas. Os textos permitem sentir, cheirar, ouvir e falar com os currículos que cada autora e autor traz para dentro da gira do dossiê. Currículo(s) é caminho, possibilidade, encruzilhadas, formas de pensar e deslocar aquilo que está congelado no tempo e no espaço. Pensar e praticar os currículos é abrir muitas conversas, trocas e conhecimentos.

O texto de Alexandra Garcia, Luziane Rodrigues e Allan Rodrigues, “**UMEI REGINA LEITE GARCIA “Qual o currículo daqui”? Narrativas curriculares na Educação Infantil**”, “considera a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, como preconiza a LBD, a discussão sobre os currículos nesse segmento se faz necessária. Mas, o que os professores que atuam com essas crianças entendem por currículos? Nessa direção, o texto que ora se apresenta tem por intuito apresentar as narrativas de professoras que atuam com crianças de 2 a 5 anos de idade sobre as suas práticas, depreendendo sentidos a partir do que as docentes narram. Articulando as especificidades da docência na Educação Infantil, em diálogo com a história da implementação de uma unidade pública municipal de Educação Infantil, em um município fluminense, ao receber os seus primeiros professores efetivos, tecemos as tramas iniciais, adotando como núcleo central da investigação as narrativas docentes, assumindo as conversas como abordagem metodológica. Nessa direção, objetiva-se investigar os sentidos atribuídos por nós, professores, às práticas propostas com crianças de 2 a 5 anos de idade, ampliando os sentidos sobre os currículos produzidos na primeira etapa da Educação Básica, que podem nos ajudar a ampliar os saberes sobre produções curriculares dinâmicas e singulares, mas que podem auxiliar no planejamento de práticas que tenham a criança na centralidade do processo educativo, como sinalizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil”.

José Damião Trindade Rocha em “**ARRANJOS CURRICULARES DO TRABALHO DIDÁTICO PEDAGÓGICO NA PANDEMIA EM ESCOLAS E UNIVERSIDADES NA AMAZÔNIA TOCANTINA**” nos diz das possibilidades de criação de currículos em tempos de educação remota. “No Tocantins mais de 20 escolas particulares fecharam em 2020 durante a Pandemia, conforme o SINEP/TO. Com a suspensão das aulas em março de 2020, devido à crise sanitária, somente 10 universidades dentre as 69 universidades federais brasileiras, adotaram Ensino Remoto ou Híbrido. O texto tem como foco temático o Ensino Remoto. Seu objetivo é discutir os diversos e diferentes formatos de arranjos curriculares para o trabalho didático pedagógico mediado por Tecnologias Ciberulturais. Seu método fenomenológico, descreve os etnotextos como fixadores de experiência a partir do programa Palmas *Home School* das escolas municipais palmenses; do Ensino Remoto da UFT e do Ensino Remoto Emergencial da UFPa. Os resultados apontam que os sistemas educacionais estaduais e municipais e as universidades implementaram na Pandemia modelos curriculares de Home Office sem recursos multimídia, com graus baixíssimos de interatividade e com currículos desarticulados e o trabalho pedagógico, cada vez mais precarizado”.

Em “**PELA TOCA DO COELHO: diossincrasias do currículo e do projeto político-pedagógico em cursos de licenciatura**” de Pâmela Christina Gonçalves de Moraes e Maria Antonia Ramos de Azevedo tem como intenção de aproximar o processo de discussão do projeto político pedagógico e o currículo. Nesse

sentido, “Com o auxílio de excertos oriundos da célebre obra de Lewis Carroll, “As aventuras de Alice no país das maravilhas”, este artigo tem por objetivo discorrer acerca de currículo, projeto político-pedagógico e suas implicações no ensino superior, principalmente no que concerne a formação de professores, visando também compartilhar os resultados do trabalho de dissertação realizado em 2018 em uma universidade do interior do Estado de São Paulo com três cursos de licenciatura. Buscando identificar as semelhanças entre o corvo e a escrivinha, descobrimos que há muito mais entre currículo e projeto político-pedagógico do que obrigação burocrática: uma relação intrínseca e uma potencialidade que merece ser discutida”.

“**O CURRÍCULO DO SAMBA DE COCO POSSIBILIDADES EDUCATIVAS**” de Ana Paula Leandro da Silva, Ana Paula Abrahamian de Souza e Bruna Tarcília Ferraz nos tem intenção de “compreender o currículo cultural do Samba de Coco de Arcoverde no processo escolarizado da EREM Carlos Rios, no município de Arcoverde, Pernambuco. Utilizamos como referencial teórico os Estudos Culturais e as teorias crítica e pós-críticas de currículo, com foco nas discussões da relação entre educação e cultura, atreladas ao currículo cultural do Samba de Coco e ao currículo escolarizado. No currículo cultural do Samba de Coco, na escola Carlos Rios, observamos que existiu a valorização e o respeito pela cultura popular e a diversidade cultural; a valorização dos conhecimentos dos estudantes e a produção do conhecimento junto com os/as artistas. O que evidenciou a importância da escola para tratar sobre as diversidades e diferenças culturais, a importância da Arte, do artista, do educador para esse processo e a significativa contribuição de uma pedagogia construída por educadores e artistas, da relevância em discutir e promover ações conjuntas de políticas públicas de educação e cultura”.

Para abrir novas conversas... o texto de Jose Wilson Rodrigues de Melo, “**DIVERSIDADE, DIREITOS HUMANOS E CURRÍCULO ESCOLAR: primeiras aproximações ao objeto de estudo**” possibilita pensar articulação Currículo e Direitos Humanos. “A mundialização ressignificou o <<local>>. Contudo, os efeitos da globalização econômica materializam-se na forma de desemprego, fome, ampliação das desigualdades sociais. Este contexto traz os desafios dos direitos humanos no Brasil. Deste objeto veio a questão: qual é a importância das políticas e práticas curriculares para o desenvolvimento de uma cultura dos direitos humanos? O objetivo do artigo foi contrastar a relação da diversidade, dos direitos e o currículo escolar. A metodologia utilizada foi de base bibliográfica. Foram levantados artigos em “motores de busca” da internet (CAPES, SsciELO Brasil, Google Scholar) e na biblioteca do autor. O artigo foi estruturado em três seções. A primeira aborda aspectos da diversidade cultural brasileira. A segunda destaca os direitos humanos articulados com a educação para a igualdade e a dignidade. Por último frisou-se o currículo escolar para vivenciar os direitos humanos na diversidade cultural. Este artefato cultural pode tornar-se o embolo de valores para uma cultura dos direitos humanos”.

Está lançado o convite! Que possamos partilhar e comungar redes de fazeres-saberes e seus diversos conhecimentos multidisciplinares sobre/com as culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas. Seguir pensando e conversando acerca de práticas antirracistas é urgente. É muito grave que crianças negras não tenham a oportunidade de construir imagens positivas e afirmativas do ser e estar sendo negros no mundo, que não reconheçam, na escola, a beleza existente nos traços de sua família, de sua ancestralidade! É muito triste também pensar que as crianças brancas não se veem racializadas e detentoras de alguns privilégios em uma sociedade racista.

Quantas crianças negras se esfregam com força na hora do banho, até doer a pele, para ficarem mais claras? Onde aprendem que está mal ser negra? Que há que embranquecer? Até quando? Por quê? Quantas crianças negras ainda precisarão ser aviltadas, insultadas, agredidas para percebermos a centralidade das discussões étnico-raciais no currículo? Em uma sociedade em que não existe pela alva, mas alvo, falar de raça/cor no currículo é necessidade histórica, cultural e social! Para ontem!

Por que as vozes negras não povoam nossas ementas, programas, disciplinas, propostas curriculares? Uma pergunta incômoda podemos fazer a nós mesmos a partir do reconhecimento, necessário, de que não se trata de perguntar se somos racistas, mas de onde guardamos nosso racismo (KILOMBA, 2019): não há pensadores/as e pesquisadores/as negros/as que falem de currículo, metodologia, narrativa, epistemologia, educação e tantos outros temas que possamos imaginar? Como podemos deslocar nossos olhares, ampliar nossas leituras de mundo e pluralizar nossas interpretações

se estamos, todo o tempo e o tempo todo, falando com os mesmos (autores, teorias, conceitos, ideias...), ouvindo as mesmas vozes, bebendo das mesmas fontes, operando e dialogando dentro das mesmas cosmologias?

Podemos estranhar nosso sistema de verdades se não conhecemos outros? Podemos gerar intimidade com outras vozes se não abrimos espaços para que ressoem? Pensar ecologicamente, pensar desde a pluralidade não é apenas um ato; é uma relação: com o mundo, com o outro, com a gente mesmo, com a natureza, com o conhecimento, com os conceitos, com a leitura de mundo do outro, sua experiência, sua história, sua biografia, sua voz.

E o que isso tudo tem a ver com “**CURRÍCULOS, INTERSECCIONALIDADES E PRÁTICAS ANTIRRACISTAS EM EDUCAÇÃO**”? As produções curriculares e experiências educativas compartilhadas nos diferentes textos deste dossiê nos convidam a pensar sobre as corporeidades negras e suas interseccionalidades, suas manifestações plurais e complexas que singularizam cada corpo em sua expressão diversa: negro, gay, trans, surdo, cadeirante... São muitos os nomes para tentar definir, delimitar os corpos, mas eles escapam, resistem, re-existem, insurgem!

Re-existimos? Em tempos de necropolítica declarada como política de Estado, empretecer, ensurdecer, embichar, ecologizar, fentrificar, racializar, transbordar... Currículos é gesto afirmativo de vida! Não sabemos a quais caminhos podem nos levar toda essa conversação, mas estamos cada vez mais convencidos/as: no mesmo lugar não queremos ficar!

Vamos movimentar, mexer “a raba”, pessoal! Que esse dossiê possa ser, de alguma maneira, também um convite ao rebolado! Em outras palavras: a educação antirracista não se fará sozinha, ela começa no miúdo de nossas ações! Que possamos seguir constelando e polinizando com nossas experiências-pesquisas-denúncias-narrativas!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** São Paulo: Pólen, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** São Paulo: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

NOGUERA, Renato. Denegrindo a educação: um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade. **Revista Sul-Americana De Filosofia E Educação (RESAFE)**, n.18, p. 62–73., 2012.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia da encruzilhada.** Rio de Janeiro: Mórula, 2019.